



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-000

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

30 outubro 23

Edição nº 208

Página 1 de 4

SUMÁRIO

GOVERNO Decretos	2
EDUCAÇÃO Resoluções.....	2

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330

**GOVERNO | Decretos****DECRETO Nº 3355 DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.**

Qualifica como Organização Social – O.S., nos termos da Lei Municipal nº 1.952 de 20 de março de 2014 – protocolo Nº 2.009, Organização Social Associação Brasileira de Assistência Social, Educação e Saúde Pública - ABASESP

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, prefeita de Jarinu, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso VI da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO que, a Lei Municipal nº 1.952 de 20 de março de 2014, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações sociais;

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 4º da referida Lei, que estabelece os requisitos específicos para que entidades privadas habilitem-se como organização social;

CONSIDERANDO, ademais, a aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, determinada pelo artigo 4º, II, à qualificação como Organização Social para atuação na área de saúde, a Organização Social Associação Brasileira de Assistência Social, Educação e Saúde Pública - ABASESP inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.560.251/0001-44, por atender aos requisitos dos artigos 4º e 5º da Lei nº 1.952, de 20 de março de 2014;

CONSIDERANDO, por fim, o que consta no Protocolo 2.009/2023.

DECRETA

Art. 1º Fica qualificada como ORGANIZAÇÃO SOCIAL – O.S., para atuação na área da saúde do Município de Jarinu, a Entidade denominada Organização Social, Associação Brasileira de Assistência Social, Educação e Saúde Pública - ABASESP, com sede estabelecida na Av. Pereira Barreto, nº1395, Sala 15 setor Torre Norte, Bairro Paraíso, Santo Andre, CEP nº 09190 – 610.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MIRAILTON MOREIRA GOMES
Secretário Municipal de Saúde

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal e registrado na Secretaria de Governo

DALTO SORANZ
Secretário Municipal de Governo

EDUCAÇÃO | Resoluções**Resolução Secretaria Municipal de Educação de Jarinu, nº 02 de 27 de outubro de 2023.**

Dispõe sobre os critérios do PDDE Municipal-Programa Dinheiro Direto na Escola- para transferências de recursos as escolas municipais, com o objetivo de prestar assistência financeira suplementar às instituições educativas públicas municipais, a fim de contribuir com melhorias em infraestrutura física e pedagógica, fortalecendo a participação da comunidade escolar.

A Secretária da Educação da cidade de Jarinu, estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, a Lei municipal nº 2.154, de 09 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 3333, de 12 de julho de 2023;

Resolve:

Artigo 1º - Autorizar o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola municipal - PDDE Municipal, instituído pela Lei municipal nº 2.154, de 09 de dezembro de 2021, e regulamentado através do Decreto nº 3333, de 12 de julho de 2023, que norteia os investimentos dos recursos na contratação de bens e serviços para a manutenção física da escola, aquisição de equipamentos, reparo, adequação de espaços destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas e nos gastos relacionados à contabilidade, previsto no art. 10º do Decreto, com regras simplificadas para a prestação de contas, contemplando a necessidade de uniformização dos procedimentos.

Artigo 2º- São critérios para recebimento do PDDE Municipal:

§1º- Associação de Pais e Mestres-(APM)- constituída e regularizada;

§2º - Possuir conta aberta no Banco do Brasil para o devido fim, nominal a APM;

Artigo 3º- O repasse referente à este ano (2023) será de R\$1.000,00- (Mil Reais) por escola, sendo depositado em conta corrente da APM de cada Instituição e sua prestação de conta poderá ser aprovada, aprovada com ressalvas ou reprovada.

Artigo 4º - As prestações de contas dos recursos do PDDE Municipal deverão ser encaminhadas pelas unidades executoras até o dia 31 do mês de janeiro do ano subsequente. O representante legal da unidade executora fica obrigado a efetuar a prestação de contas, independentemente do prazo estabelecido no “caput” deste artigo, por ocasião de sua substituição ou do término de seu mandato.

Artigo 5º- Na prestação de contas simplificada constará a



seguinte documentação:

1. Extratos mensais da conta bancária específica em que os recursos foram depositados e das aplicações financeiras realizadas;

2. Identificação das despesas realizadas, mediante notas fiscais avulsas ou eletrônicas, com os nomes e os números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ dos fornecedores de material e dos prestadores dos serviços contratados ou recibo com número de Cadastro de Pessoa Física - CPF quando o serviço for prestado por pessoa física.

3. Pesquisas de preços, legíveis e sem rasuras, com no mínimo, 3 (três) fornecedores distintos com base em orçamentos realizados presencialmente, por email ou cópia da página de internet em que o produto foi ofertado ou comprovante similar.

Parágrafo único: A pesquisa de preços será dispensada no caso de pagamento de emolumentos de serviços realizados em cartório, sendo obrigatório constar o número do registro no CRC - Conselho Regional de Contabilidade do Contador ou do Técnico em Contabilidade.

Artigo 6º - Para o investimento dos recursos oriundos do PDDE Municipal será obrigatório à apresentação do PAF- Plano de Aplicação Financeira, contemplando os investimentos programados para o ano vigente. Fica dispensada a elaboração de PAF dos saldos financeiros, que deverão ser utilizados no mesmo objeto do repasse.

Artigo 7º- Os Supervisores de Ensino deverão realizar auditoria in loco, para verificação da aplicação dos recursos do PDDE Municipal pelas unidades executoras, através de visitas periódicas no decorrer do ano corrente. A análise da prestação de contas dos recursos será realizada pelos supervisores que emitirão parecer conclusivo no prazo de até 30 dias contados no momento do recebimento das mesmas, sendo encaminhada posteriormente a Diretora Geral de Departamento, que emitirá um parecer após análise dos documentos apresentados e constatadas pendências na prestação de contas, notificará o gestor da unidade executora para regularização no prazo de até 15 dias.

Artigo 8º - As contas apresentadas ao término do ano letivo poderão ser Aprovadas, Aprovadas com ressalvas ou reprovadas conforme justificativas a seguir:

§1º - Aprovadas quando demonstrada, de forma clara e objetiva pelos documentos comprobatórios, a correção dos recursos públicos, e a observância das condições e limites dos repasses estabelecidos pela Secretaria da Educação;

§2º- Aprovadas com ressalvas, as contas em que forem identificadas irregularidades de natureza formal, das quais não resulte danos ao erário. Casos omissos serão definidos pela Secretaria de Educação;

§3º- Reprovadas as contas em que sejam identificadas uma

das seguintes irregularidades:

I - omissão do dever de prestar contas no prazo estabelecido pelo “caput” do artigo 3º desta Resolução;

II - dano ao erário decorrente de ato de gestão contrário ao direito ou antieconômico;

III - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

IV - utilização de recursos em desacordo com as normas estabelecidas pela Secretaria da Educação e que não forem possíveis de sanar pela unidade escolar, nem de aprovação com ressalva.

Parágrafo único - A reprovação das contas implicará:

I - Recomendação de dispensa do gestor dos recursos da função de Diretor Executivo, além de providências para responsabilização pelos danos causados; II - Instauração de tomada de contas nos termos da legislação própria;

III - Suspensão dos repasses até regularização das contas.

Artigo 9º - Compete a Secretaria de Educação, após o recebimento do parecer conclusivo de que trata o artigo 6º, desta Resolução, encaminhado pela Diretora Geral, decidir sobre a prestação de contas.

Artigo 10º - Da decisão da Secretaria de Educação que considerar reprovadas as contas, caberá à opção da APM por recurso administrativo, a ser interposto no prazo de 15 dias.

Parágrafo único – A diretora poderá solicitar visita in loco pelo Supervisor de Ensino na escola, para esclarecer dúvida pontual com a utilização dos recursos, para decisão e emissão do Parecer Conclusivo decorrente do recurso administrativo da prestação de contas reprovada pela Secretaria de Educação.

Artigo 11º - Decorrido o prazo de que trata o artigo 8º desta Resolução sem a interposição de recurso ou, interposto recurso, mantida a decisão de considerar reprovadas as contas, a Secretaria de Ensino deverá promover a cobrança administrativa e amigável do débito das unidades executoras. §1º - O débito de que trata o “caput” deste artigo será cobrado diretamente dos responsáveis quando decorrer de: 1. prática de ato de improbidade administrativa, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei Federal 8.429, de 2 de junho de 1992; 2. abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, nos termos do artigo 50 do Código Civil. §2º - O pagamento do débito das unidades executoras poderá, mediante justificativa prévia, ser parcelado em até 60 prestações mensais e sucessivas.

Artigo 12º - As unidades executoras que tiverem sua prestação de contas considerada reprovada voltarão a receber o repasse dos recursos do Programa PDDE Municipal após: I - iniciado o pagamento parcelado do débito; II - comprovada pela unidade executora a dispensa do gestor dos recursos da



função de Diretor Executivo.

Artigo 13º - A Secretaria de Educação poderá emitir orientações complementares sobre utilização dos recursos e prestação de contas caso julgue necessário.

Artigo 14º- Os repasses serão transferidos anualmente para a cobertura de despesas de custeio e de capital, com o compromisso a ser empregado em ações voltadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares beneficiárias.

Artigo 15º- Os recursos podem ser aplicados:

§1º- Manutenção e em pequenos reparos;

§2º- Aquisição de equipamentos e de materiais;

§3º- Apoio às ações pedagógicas, para implementação da BNCC e do MMR;

§4º- Contratação de serviços de contabilidade e aquisição de certificado digital.

Artigo 16º - Exclusivamente no ano de 2023, o valor será destinado às despesas para Contratação de serviços de contabilidade e aquisição de certificado digital.

Artigo 17º- A Secretaria de Educação poderá publicar orientações complementares necessárias à implementação da presente Resolução.

Artigo 18 º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 26 de outubro de 2023.

Cristiane Ap.ª Buzo de Lima
Secretária Municipal de Educação